

O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NO BRASIL

Ezequias Felix de Andrade (MPLE/UFPB)
ezequias.andrade@ig.com.br
Profa. Dra. Juliene Lopes Ribeiro Pedrosa (MPLE/UFPB)
julienepedrosa@yahoo.com

Introdução

É redundante afirmar que o ensino de língua estrangeira é extremamente importante na sociedade contemporânea. Tendo em vista às necessidades comunicativas de um mundo cada vez mais globalizado, o domínio de uma língua estrangeira se faz premente em todos os setores sociais.

Assim, o ensino de língua estrangeira, sobretudo na escola pública, é indispensável, conforme se observa nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998, p.19) “primordialmente, objetiva-se restaurar o papel da Língua Estrangeira na formação educacional. A aprendizagem de uma língua estrangeira, juntamente com a materna é um direito de todo cidadão...”.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDBE, 1996) em seu artigo 26 inciso 5º assegura: “Na parte diversificada do currículo será incluída, obrigatoriamente, a partir da 5ª série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição”.

Sendo, portanto, o ensino de língua estrangeira obrigatório e fundamental na formação educacional do cidadão, dever-se-á estabelecer mecanismo que viabilize o acesso a esse conhecimento e que esse aprendizado ocorra de forma efetiva, concreta, permanente e contínua.

Deve-se, inicialmente, conforme estabelece a LDBE definir critérios de escolha dessa língua estrangeira. Celani (2005, p.17) argumenta que várias razões poderiam levar a escolha de uma língua estrangeira no currículo, a tradição, as comunidades locais em determinadas regiões do país ou fatores históricos.

Deste modo, pode-se considerar o ensino da língua inglesa como língua estrangeira moderna no país, tendo em vista a sua projeção no cenário mundial. Recorrendo ainda a Celani (2005, p. 17), podemos reforçar que “trata-se da escolha do inglês como língua a ser ensinada, dado seu papel no mundo de hoje e seu papel no Brasil”.

Vale salientar, ainda apoiando-se em Celani (2005, p.17), que:

O inglês é a língua da comunicação internacional, nos negócios, na educação, na ciência, no trabalho e nas interações culturais. A nova sociedade globalizada exige mais conexões, e torna impossível operar em sistemas econômicos nacionais isolados, supostamente auto-suficientes. Mais conexões são necessárias para se ter acesso à tecnologia de alto nível, em um mundo no qual é possível partilhar informações de modo instantâneo, mas que exige a rápida reestruturação da organização social para que o acesso a essas informações seja possível. A escola é que deve preparar os jovens para

isso. E, no momento histórico atual, a língua inglesa é, sem dúvida, parte integrante dessa operação.

Observando-se a importância e a necessidade do domínio efetivo da língua inglesa diante de um mundo ultra globalizado, de um mercado de trabalho altamente competitivo e de um meio acadêmico bastante seletivo, faz-se necessário criar mecanismos e oportunidades para que as classes sociais menos favorecidas tenham acesso a esse conhecimento. A escola é, em sua essência, a porta de entrada para esse aprendizado, visto que esse aprendizado é responsabilidade da escola, “seu ensino como o de outras disciplinas é função da escola e é lá que deve ocorrer” (PCN, 1998, p.19).

Assim,

Se o inglês é fundamental para o acesso à sociedade da informação, de modo que fique garantida a possibilidade de se comunicar para poder participar; se o inglês é um instrumento indispensável de trabalho para poder competir equitativamente no mundo dos negócios, da tecnologia e da academia (MOITA LOPES, 2004), não pode ser entendido como mero elemento decorativo, dispensável no currículo. Sua não existência traria sérias consequências não só para os indivíduos, mas para o país, que ficaria a reboque na competição mundial. O país andaria na contramão dos outros países, que cada vez investem mais no ensino de inglês em suas políticas educacionais. (apud. CELANI, 2005, p. 22)

Em vista disto, percebe-se a necessidade de se implementar políticas públicas voltadas para o ensino de língua estrangeira, mas precisamente a língua inglesa nas escolas públicas do país de modo que esse aprendizado ocorra de modo efetivo.

Assim, para que haja esse aprendizado efetivo é necessário que seja focalizada especial atenção à formação do professor. E, para que esse aprendizado, de fato, ocorra, o professor precisa ter fluência na língua alvo, pois não se ensina bem o que não se sabe bem.

Portanto, podemos levantar algumas questões norteadoras: Como o professor constrói sua aprendizagem? Os anos de estudo na graduação são suficientes para um domínio comunicativo na língua estrangeira que se propõe a ensinar? E, para tentar responder a essas questões, propomos, ao longo do texto, uma reflexão sobre as políticas públicas e educacionais voltadas para formação continuada do professor, enfatizando aquelas adotadas no âmbito do Ministério da Educação (MEC) para o ensino de língua inglesa, através do Programa Inglês sem Fronteiras e no âmbito da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, com o Programa Ganhe o Mundo.

Visando analisar a abrangência do programa a nível nacional, no caso do Inglês sem Fronteiras, e o impacto em Pernambuco do programa Ganhe o Mundo. Enfatizando que esta análise é direcionada à formação inicial e continuada do professor e de como essa formação reflete na prática ao estudante das escolas públicas.

Após esta breve introdução o texto apresentará mais três seções: I – Inglês sem Fronteiras – a quem se destina? II – ‘Ganhe o Mundo’ – Política de Governo ou Política de Estado! III – Considerações Finais.

1. Inglês sem Fronteiras: a quem se destina?

É relevante reconhecer os esforços do Ministério da Educação em melhorar a qualidade do ensino no país, em proporcionar acesso ao ensino superior também para classes sociais menos favorecidas e a qualificação profissional de jovens e adultos através de programas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) que concede, através Ministério da Educação, bolsas de estudo integrais e/ou parciais em instituições de ensino superior no país e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Estas são ações que propiciam melhoria na qualidade da educação das pessoas e consequentemente da sociedade como um todo.

A qualidade da educação também é refletida na qualidade do ensino através da preocupação com a formação do professor e a criação de diversos programas que visam à melhoria da educação básica do país, conforme ilustrado no anexo 1.

Todos os programas de formação continuada para professor são relevantes, é extremamente importante proporcionar ao docente esta oportunidade de renovar seus conhecimentos, interagir com outros mestres, vivenciar novas metodologias e novas tecnologias para subsidiar sua prática pedagógica.

Entretanto, em se tratando especificamente do ensino de língua inglesa, muito pouco tem sido feito em relação à formação continuada para professores do idioma inglês. Embora a parceria da CAPES com a comissão *Fulbright* Brasil tenha propiciado intercâmbio de professores de inglês brasileiros nos Estados Unidos, essa parceria atende apenas uma pequena parcela dos docentes brasileiros que lecionam inglês, em 2014 foram selecionados 540¹ professores em todo país.

É provável que os professores selecionados tenham aproveitado esta grande oportunidade, tornando-se mais preparados para seu trabalho em sala de aula, mas e os outros?

Outro aspecto que também merece atenção é a grande quantidade de professores que conclui a graduação em Letras/Inglês e não se sente seguro para o desempenho da função.

São esses profissionais que precisam de acompanhamento, não necessariamente através de intercâmbio no exterior, embora também seja uma ótima alternativa. Um programa de formação continuada mais acessível vinculado a escolas de idiomas poderia desenvolver a fluência comunicativa desses docentes, além proporcionar desenvolvimento de suas práticas metodológicas. Todo isso com custo bem mais reduzido, o que poderia ampliar o atendimento desses docentes. De modo que quanto maior e melhor for a fluência do professor de língua inglesa, maiores serão as chances de desmitificar a crença de que não se aprende inglês na escola pública. Conforme afirma El Kadri e Gimenez (2013, p.13):

“Neste cenário, cursos de formação inicial e continuada, principalmente vinculados a políticas públicas para formação de professores, podem reforçar ou desafiar crenças de que ‘não há nada que se possa fazer’ ou ‘no ensino público é assim mesmo’ ou, ainda, ‘não se ensina inglês nas escolas públicas’”.

Levando-se em conta que o objetivo prioritário da preocupação com a formação do professor é o seu desempenho nas escolas públicas, assim como o resultado a ser alcançado pelos estudantes vinculados a estas escolas e, principalmente,

¹<http://www.fulbright.org.br/content/view/320/1/>, acessado em 01 de setembro de 2014

o de quebrar o mito de que não se aprende inglês na escola pública. Precisa-se, portanto, ampliar as políticas públicas relacionadas ao ensino de inglês a fim de que um número cada vez maior de pessoas possa ser beneficiado.

Em vista disto, busca-se refletir sobre o funcionamento do programa Inglês sem Fronteiras, vinculado ao Ministério da Educação, que tem como objetivo o aprimoramento da língua inglesa para estudantes das universidades federais do país.

O programa Inglês sem Fronteiras foi criado em 2012² com fins de oferecer subsídios ao programa Ciências sem Fronteiras na preparação dos estudantes para participação em intercâmbios acadêmicos. Entre outras ações, objetivou organizar a aplicação dos exames de proficiência em língua inglesa (TOEFL ITP) direcionado aos do programa Ciências sem Fronteiras, além de outros programas de intercâmbio governamentais.

Posteriormente, o Inglês sem Fronteiras (IsF) passou a oferecer cursos de inglês presencial para estudantes das universidades federais, tendo como pré-requisito a participação em um curso de inglês online oferecido pelo programa. As inscrições se encerraram no dia 08 de agosto de 2014 e 9000³ vagas foram oferecidas principalmente para os estudantes de graduação e pós-graduação matriculados em cursos vinculados ao programa Ciências sem Fronteiras.

Percebemos, portanto, uma necessidade do conhecimento da língua inglesa no meio acadêmico e essas são ações importantes para aperfeiçoamento dos estudantes universitários brasileiros. No entanto, a trajetória dos estudantes na Educação Básica não tem sido suficiente para a aquisição da língua inglesa. E considerando que os estudantes das escolas públicas têm um acesso ainda mais restrito a esse conhecimento, entendemos que se faz necessário que haja políticas públicas que amplie esse acesso. É preciso que sejam implantadas políticas de Estado que universalize o ensino de inglês no Brasil, a exemplo do que ocorre em países como a China, que “lançou uma campanha nacional para que a população domine o inglês. E não será por amor e cega admiração aos Estados Unidos, por certo”. (KLINTOWITS, 2005, apud. CELANI, 2005, p.22).

Portanto, tendo em vista o que foi apresentado até o momento, observamos que não existe uma política abrangente de ensino de inglês no Brasil, já que o Inglês sem Fronteiras ainda se destina a um grupo reduzido de estudantes que fazem parte de uma elite universitária. Se não houver uma mudança mais ampla no cerne da educação nesse país, ficaremos “na contramão dos outros países, que cada vez investem mais no ensino de inglês em suas políticas educacionais” (MOITA LOPES, 2004, apud Celeni, 2005, p. 22).

2. Ganhe o Mundo: Política de Governo ou Política de Estado?

O programa Ganhe o mundo foi criado em 2011, pelo o então Governador do Estado de Pernambuco Eduardo Campos, com objetivo de proporcionar aos estudantes da rede estadual de ensino a oportunidade de estudar no exterior. O programa corresponde a uma permanência de cinco meses em países de língua inglesa e espanhola, onde os alunos estudarão neste período em uma escola regular do país anfitrião.

Os estudantes participantes passam por um processo seletivo através de notas obtidas no primeiro semestre, em seguida, atendem a um curso intensivo de inglês ou espanhol, dependendo do país onde se propõem a estudar.

² www.isf.mec.gov.br, acessado em 17 de agosto de 2014.

³ *Ibidem*.

As aulas do curso intensivo são ministradas por escolas de idiomas selecionadas por processo licitatório e ocorrem nas escolas estaduais onde os alunos já estudam, em horário oposto às aulas regulares.

A logística de viagem é realizada por agências de viagem também escolhidas por processo licitatório e os estudantes ficam hospedados em casa de famílias nos países anfitriões.

Acreditando na lisura dos processos licitatórios e das etapas seletivas dos estudantes, vemos nessa iniciativa uma oportunidade especial para esses alunos, conhecer outros países, outras culturas, além de adquirir uma fluência na língua estrangeira que se propõem a estudar.

O programa tem uma meta ambiciosa de atender a vinte quatro mil estudantes da rede estadual em Pernambuco.

O programa vai beneficiar 24 mil alunos (20 mil para inglês e 4 mil para espanhol) de 273 escolas de 124 municípios pernambucanos. Poderão participar estudantes do 1º ano do ensino médio regular, semi-integral, integral ou das escolas técnicas estaduais. As vagas serão preenchidas pelos estudantes que obtiverem a melhor média global nos primeiros bimestres deste ano letivo. Ao todo, serão formadas 800 turmas com 30 alunos. (<http://www.educacao.pe.gov.br>, acessa do em 03 de setembro de 2014)

O Ganhe o Mundo em 2014 contemplou 1.600 estudantes, sendo 1.300 para língua inglesa e 300 para espanhola. (Conforme Edital publicado em 18.12.2013). Levando-se em conta que a rede estadual de ensino em Pernambuco tem hoje mais de um milhão de estudantes, 24.000 alunos correspondem a menos de 3% do total e os outros 97% ficam fora do programa.

É certo que o programa Ganhe o Mundo não poderá atender a todos os estudantes da rede de ensino, entretanto deve haver programas e/ou projetos de ensino para atender uma demanda bem maior de estudantes. O ensino de língua estrangeira como já mencionado é essencial, é obrigatório e é na escola que ele deve ocorrer.

Portanto, os 97% dos estudantes da rede estadual de ensino pernambucana que não participarão do Ganhe o Mundo terão que ter seu direito de aprender inglês assegurado. Isso ocorrerá com a implantação de outros mecanismos de acesso.

Primeiramente, deve haver uma política de formação continuada dos professores da rede estadual, como já citado anteriormente não se ensina bem o que não se sabe bem. Devem-se estabelecer parcerias com centro de ensino de idiomas para que o professor possa desenvolver suas habilidades comunicativas e metodológicas.

Outra iniciativa seria ampliar o número de núcleos de ensino de línguas da rede estadual. Os núcleos de ensino de línguas são centros especializados para o ensino de línguas estrangeiras, em que são ensinados os idiomas: inglês, espanhol, francês e alemão, de forma gratuita e aberta ao público em geral. A procura pelos núcleos é grande e, conseqüentemente, não atende à demanda.

Existem hoje apenas 33 núcleos em todo estado distribuídos nas 13 Gerências Regionais de Educação (GRE), como pode ser visto no quadro a seguir:

QUADRO DOS NÚCLEOS DE ENSINO DE LÍNGUAS (NELs) ⁴	
GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO	QUANTIDADE DE NELS
Recife Norte	07
Recife Sul	03
Metropolitano Norte	03
Metropolitano Sul	05
Agreste Centro Norte – Caruaru	03
Sertão do Moxotó/Ipanema – Arcoverde	01
Mata Norte – Nazaré da Mata	03
Sertão do Médio São Francisco - Petrolina	03
Sertão do Submédio S. Francisco - Floresta	01
Sertão Central – Salgueiro	01
Mata Centro – Vitória	01
Vale do Capibaribe – Limoeiro	01
Sertão do Araripe – Araripina	01
TOTAL	33

A criação de novos núcleos depende também da existência de um número maior de professores aptos a trabalhar nesses núcleos, o que não ocorre visto que muitos professores não são fluentes no idioma estrangeiro.

Faz-se necessária a implantação de políticas públicas de estado que visem a ações permanentes de ensino de língua estrangeira em Pernambuco e no país inteiro. É preciso ampliar o ensino principalmente de língua inglesa.

A rede estadual de ensino de Pernambuco conta hoje com 3.470⁵ professores de línguas estrangeiras, sendo que desse total 347 ensinam espanhol, 15 professores ensinam francês e 5 ensinam alemão. Boa parte desses professores de espanhol, francês e alemão está localizada nos Núcleos de Ensino de Línguas (NELs). A grande maioria ensina inglês, claro, juntamente com a língua materna.

O processo para ampliação e melhoria do ensino de língua inglesa concentra-se, sobretudo, na qualificação do professor. O programa Ganhe o Mundo, por exemplo, se além de promover o intercâmbio 24.000 estudantes, proporcionasse o intercâmbio de boa parte dos professores haveria um salto na qualidade de ensino de língua estrangeira no estado de Pernambuco.

O programa Ganhe o Mundo representa uma política de governo de ações isoladas, que não atendem à demanda da rede estadual de ensino. Portanto, é importante reforçar a necessidade de implantação de políticas públicas estaduais mais abrangentes que influenciem diretamente na melhoria do ensino de língua inglesa em Pernambuco, e, conseqüentemente, no país.

Considerações Finais

O objetivo deste texto é levantar alguns aspectos relacionados ao ensino de língua estrangeira, sobretudo de língua inglesa, no Brasil. Levando-se em conta a formação inicial e continuada dos professores, e obviamente como as políticas públicas do país são direcionadas para fomentar o acesso a esse conhecimento.

⁴Fonte: Governo de Pernambuco Secretaria de Educação Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação - Gerência de Políticas Educacionais do Ensino Médio.

⁵ *Ibidem.*

Historicamente, percebemos que a Educação brasileira sempre teve um enfoque elitista. Nas últimas décadas, criaram-se leis que democratizaram o acesso à Educação, mas que na prática não garantiram a qualidade efetiva dessa Educação.

O ensino de língua estrangeira também é garantido pela LDBE de 1996, mas efetivamente a maioria dos estudantes brasileiros, após pelo menos 12 anos de ensino regular (Ensino Fundamental e Médio), não apresenta uma fluência mínima em língua estrangeira, diga-se em língua inglesa.

Faz-se necessário a criação de mecanismo que de fato propiciem aos estudantes um efetivo aprendizado da língua inglesa, e demais disciplinas em geral. De modo que a escola pública cumpra seu papel de difundir conhecimento, a fim de que as classes menos favorecidas da sociedade tenham as mesmas oportunidades, sem que precisem recorrer a cotas para alcançar seus objetivos e realizar seus sonhos.

O ponto de partida para alcançar essa meta, além de políticas públicas bem definidas, e de fato implementadas, é direcionar esforços na formação do professor. É o professor que atuando diretamente na base da pirâmide social que tem condições de proporcionar a mobilidade social, de transformar a sociedade.

Não se pretende com este trabalho concluir as discussões sobre o tema, mas apenas ampliar o debate, de modo que se possa contribuir com a temática, para que todos os segmentos envolvidos no processo de ensino/aprendizagem possam colaborar a fim de que a Educação no Brasil ocorra de forma plena.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. MEC, 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Estrangeira**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CELANI, Maria Antonieta Alba. “English for all”... preservando o forró. *In: FIGUEIREDO, Célia Assunção; JESUS, Osvaldo Freitas de (orgs.). **Linguística aplicada: aspecto da leitura do ensino de línguas***. Uberlândia: EDUFU, 2005. 13 – 25p.

EL KADRI, Michele Salles e GIMINEZ, Telma. “Mapeando Práticas Significativas no Ensino Língua Inglesa: Visões de Professores Participantes no PIBID-UEL. *In: **Revista Eletrônica Pro-docência/UEL***. Edição nº 3, Vol. 1, jan-jun. 2013.

Pernambuco. Secretaria de Educação Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação - Gerência de Políticas Educacionais do Ensino Médio.

<http://www.fulbright.org.br/content/view/320/1/>, acessado em 01 de setembro de 2014.

<http://www.educacao.pe.gov.br>, acessado em 03 de setembro de 2014.

www.isf.mec.gov.br, acessado em 17 de agosto de 2014.

FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES

Formação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - Curso presencial de 2 anos para os Professores alfabetizadores, com carga horária de 120 horas por ano, metodologia propõe estudos e atividades práticas. Os encontros com os Professores alfabetizadores são conduzidos por Orientadores de Estudo. Estes são professores das redes, que estão fazendo um curso específico, com 200 horas de duração por ano, em universidades públicas.

ProInfantil - O ProInfantil é um curso em nível médio, a distância, na modalidade Normal. Destina-se aos profissionais que atuam em sala de aula da educação infantil, nas creches e pré-escolas das redes públicas e da rede privada, sem fins lucrativos, que não possuem a formação específica para o magistério.

Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - O Parfor induz e fomenta a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País.

Pro-Letramento - O Pró-Letramento é um programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental.

Rede Nacional de Formação Continuada de Professores - A Rede Nacional de Formação Continuada de Professores foi criada em 2004, com o objetivo de contribuir para a melhoria da formação dos professores e alunos. O público-alvo prioritário da rede são professores de educação básica dos sistemas públicos de educação.

Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio – O PNAIC, instituído pela Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013, representa a articulação e a coordenação de ações e estratégias entre a União e os governos estaduais e distrital na formulação e implantação de políticas para elevar o padrão de qualidade do Ensino Médio brasileiro, em suas diferentes modalidades, orientado pela perspectiva de inclusão de todos que a ele tem direito.

Programa Ensino Médio Inovador – O ProEMI, instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009, integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, como estratégia do Governo Federal para induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio.